

Constituintes discutem acesso a textos secretos

Da Sucursal de Brasília

anexo
A nova Constituição vai permitir aos brasileiros o acesso a importantes documentos sobre a Guerra do Paraguai, a anexação do território —hoje Estado— do Acre, a questão judaica no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), transações comerciais e uma infinidade de outros, todos proibidos ao público, aos parlamentares e até a ministros de Estado, por serem "secretos".

A liberação destes documentos é consensual entre os líderes de partidos no Congresso constituinte. A divergência existe apenas no que se refere ao prazo para que os novos documentos "secretos" possam se tornar públicos. O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, centro-esquerda, defende a liberação após vinte anos. O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), 46, acha que o prazo deve ser maior. "Aqui —afirmou— é diferente dos Estados Unidos. Lá o prazo é de vinte anos. Mas a cultura é outra".

Emenda

Em defesa dos vinte anos para a prescrição da fase secreta dos documentos, o senador Fernando Henrique Cardoso chegou a apresentar emenda ao primeiro anteprojeto de Constituição apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), centro. Mas a emenda foi aproveitada parcialmente, sem fazer menção ao prazo. Cabral entendeu que a Constituição deveria atribuir ao Congresso Nacional "os critérios para classificação de documentos e informações oficiais sigilosos e prazos para a sua desclassificação (item 9 do parágrafo 76, capítulo sobre as atribuições do Congresso Nacional)".

Fernando Henrique disse que vai continuar insistindo para que o prazo máximo de classificação de um documento como secreto seja de vinte anos. "Se não der na Constituinte, vamos para a legislação ordinária. Não tem sentido tempo maior que vinte anos para a prescrição. Atualmente não é possível fazer pesquisa no Itamaraty porque ainda tem documento sigiloso com mais de um século".

'Mais de cem anos'

Marco Maciel também se queixa dos documentos secretos do Itamaraty. Disse que quando foi presidente da Câmara dos Deputados (1977 a 1979) resolveu editar as "Atas dos Conselhos de Estados com a participação de estrangeiros". Segundo ele, foi "a maior mão-de-obra. Todo documento que queríamos consultar era secreto. Alguns estavam com mais de cem anos".

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), 81, centro-direita, presidente da Comissão de Sistematização e ex-ministro das Relações Exteriores (1962), defende o caráter sigiloso dos documentos reservados por um período maior que os vinte anos pretendidos por Fernando Henrique. E afirma que existem até telegramas secretos, que não podem ficar nas mãos do ministro. Arinos acha que o arquivo de documentos sigilosos do Itamaraty deve ser mantido. "O importante é estabelecer um prazo para que seja desclassificado. Isso existe em todos os países do mundo. É uma necessidade política e comercial", afirmou.

'Heresia'

O líder do PT, deputado Luis Inacio Lula da Silva (SP), 41, acha que o sigilo só deve ser mantido enquanto dura a negociação. "É como se eu fosse presidente de um time de futebol e estivesse interessado num grande craque. Manteria a negociação em sigilo para que outro time não oferecesse mais dinheiro. Depois de efetivada a compra, todo mundo saberia como foi feita e quanto gastei". Para Lula, manter um documento inacessível à população é "uma heresia" do governo.

Não comentam

O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, recusou-se a comentar a iniciativa dos parlamentares que visam estabelecer um prazo de desclassificação dos documentos secretos. O mesmo ocorreu com o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves. Já o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 70, afirmou que é "o árbitro da Constituinte" e, por isso, não gostaria de falar sobre o assunto. O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), 54, direita, disse que desconhece essa prática no Brasil.